

Perigo à vista

Há economistas de prestígio – entre eles Gustavo Franco – que acreditam que o governo está lançando um convite à reindexação de preços, com a recém-adotada política de metas de inflação. O risco foi admitido pelo menos parcialmente por um economista oficial, Marcelo Néri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As metas de inflação, disse, poderão servir de base para negociações salariais. Mas essa, afirmou, será uma “indexação de olho no futuro e não um repasse automático de preços”. Talvez, mas o repasse automático, ou semi-automático, já está sendo patrocinado pelo Executivo, ao promover a alta de preços de combustíveis, transportes, medicamentos e planos de saúde. Esses aumentos, dirão os defensores da política oficial, vêm sendo controlados, para proteção do consumidor. Isso é meia-verdade, na melhor hipótese. Pode justificar-se o controle de preços de monopólios e de alguns setores concentrados. Mas a intervenção pode tornar-se mero ritual sacramentador de aumentos.

Se o presidente da República se descuidar, a própria administração central dará o tiro de partida para a reindexação de preços em todo o País.

A realização mais importante da equipe chefiada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi derrubar a inflação, criando uma base indispensável a qualquer novo projeto de desenvolvimento. Essa conquista vem sendo posta em risco. Se o governo patrocina a indexação de alguns preços, por que impedir o reajuste de todos os demais, incluídos, naturalmente, os salários? Não há como escapar dessa pergunta. Quando a questão se põe nesses termos, o passo seguinte pode ser o reinício da espiral inflacionária. Um governo sensato deve banir a idéia da inflação como solução eventualmente aceitável para problemas econômicos e sociais.

É o governo, porém, o primeiro a valorizar a idéia do repasse. Os preços dos combustíveis foram elevados quatro vezes, neste ano, e há em Brasília quem defende um aumento maior.

Mas, se outros setores tiveram de se adaptar às condições criadas pelo câmbio e pelos preços de importados, por que a Petrobrás deveria receber inteira compensação?



Se houvesse concorrência na importação e no refinamento de petróleo, assim como na distribuição, ninguém teria como falar, seriamente, em mero repasse de custos. Em certas ocasiões, haveria algum aumento, limitado pela competição, e o repasse acabaria sendo contido, como noutras áreas da economia.

Não se pode tomar o câmbio flutuante como pretexto para encarecer ou baratear automaticamente

um produto. Os preços têm oscilado pouco, nos setores concorrentes, por influência de diversos fatores. O resultado tem sido inflação baixa, apesar do reajuste cambial. No caso do petróleo, o governo pretende atingir objetivos fiscais. As autoridades econômicas haviam prometido ao Fundo Monetário Internacional um ganho de R\$ 4,95 bilhões na chamada Parcela de Preços Específica (PPE), um dos componentes da política de petróleo. Seu objetivo central, ao permitir aumentos à Petrobrás, é atender àquele compromisso, alimentando, ao mesmo tempo, o lucro de uma estatal, parte das contas públicas.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considerra, anunciou numa entrevista recente o propósito de atrelar os preços dos combustíveis ao câmbio e aos preços internacionais do petróleo. A intenção foi desmentida pelo ministro de Minas e Energia, mas sobram motivos para inquietação.

Os aumentos autorizados a setores sob controle foram justificados com o velho argumento do repasse de custos, como se as empresas beneficiadas tivessem direito a proteção automática.

Autorizando reajustes por causa do câmbio, o governo reativa a cultura do repasse

Assim, o Executivo só pode reprimir a difusão de aumentos por toda a economia com juros altos e baixo crescimento. É uma orientação claramente perigosa.

Se estiverem certos os que vêm no sistema de metas inflacionárias um estímulo à indexação, haverá de fato dois estímulos.

O outro será a administração imprudente de preços.